	Pré-Escolar	1.º Círculo
Natal	1 Mensalidade a custo compartilhado de acordo com o escalão atribuído e o tempo de permanência em cada um dos meses das pausas + meia mensalidade a custo real (49,50€) no total das pausas, para os alunos que as frequentem. Caso só esteja interessado em um dos períodos de pausa letiva pode ser feita a cobrança ao dia = 4,50€ (situações esporádicas)	1 Mensalidade a custo real de acordo com tempo de permanência + o valor da mensalidade fixa (99€) proporcional ao tempo de interrupção, podendo esse valor ser cobrado ao dia ou à semana (só pode ser cobrado aos alunos que frequentem): Dia = 4,50€ (situações esporádicas) Semana = 24,75€ Aos alunos que só frequentem pausas letivas pode ser acrescido 20 %*.
Carnaval		1 Mensalidade a custo real de acordo com tempo de permanência + o valor da mensalidade fixa (99€) proporcional ao tempo de interrupção, podendo esse valor ser cobrado ao dia (só pode ser cobrado aos alunos que frequentem): Dia = 4,50€ (situações esporádicas) Aos alunos que só frequentem pausas letivas pode ser acrescido 20 %*.
Páscoa		1 Mensalidade a custo real de acordo com tempo de permanência + o valor da mensalidade fixa (99€) proporcional ao tempo de interrupção, podendo esse valor ser cobrado ao dia ou à semana (só pode ser cobrado aos alunos que frequentem): Dia = 4,50€ (situações esporádicas) Semana = 24,75€ Aos alunos que só frequentem pausas letivas pode ser acrescido 20 %*.
Junho	1 Mensalidade a custo compartilhado de acordo com o escalão atribuído e o tempo de permanência.	De 1 a 15 = meia mensalidade a custo real de acordo com o tempo de permanência: Até 2h (inclusive) = 24,75€ 2 a 4 h = 42,07€ + de 4 h = 49,50€ De 15 a 30 = 49,50€
Julho	De 1 a 15 (independentemente da data em que termina o II) = meia mensalidade a custo compartilhado de acordo com o escalão atribuído e o tempo de permanência. De 15 a 31 = 49,50€+35 %* (só pode ser cobrado aos alunos que frequentem).	Só pode ser cobrado aos alunos que frequentem, podendo ser cobrado à semana, quinzena ou mês: Semana = 24,75€ + 35 %* Quinzena = 49,50€ + 35 %* Mês = 99,00€ + 35 %*
Agosto	1 Quinzena = 49,50€ + 35 %* (só pode ser cobrado aos alunos que frequentem).	1 Quinzena = 49,50€ + 35 %* (só pode ser cobrado aos alunos que frequentem).

*O acréscimo deste valor é opcional:

20 % nas pausas letivas Natal, Carnaval e Páscoa para os alunos externos;
35 % nas pausas letivas do verão para todos os alunos.

208794247

MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 7973/2015

Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva, Vereadora da área de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Viana do Castelo:

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 4 do artigo 46.º da lei geral do trabalho em funções públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sequência do procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior — funções de engenharia biológica:

No âmbito do referido procedimento concursal, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 126, de 03 de julho de 2013, foi avaliado e concluído com sucesso o período experimental da trabalhadora Gracinda da Conceição Sá Vieira Barbosa, com a classificação final de 16,66 valores, com os efeitos do artigo 48.º do mesmo diploma.

7 de julho de 2015. — A Vereadora de Recursos Humanos, Ana Margarida Ferreira da Silva.

308781862

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Regulamento n.º 424/2015

Regulamento de Gestão e Utilização das Piscinas Municipais de Vila Nova de Foz Côa

Eng. Gustavo de Sousa Duarte, Presidente da Câmara Municipal Vila Nova de Foz Côa, torna público, para cumprimento do disposto no artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que na sequência da proposta aprovada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, em 23-06-2015, a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 26-06-2015, deliberou aprovar o Regulamento de Gestão e Utilização das Piscinas Municipais de Vila Nova de Foz Côa, de acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cujo período de apreciação pública foi divulgado através do aviso n.º 4359/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 78, de 22 de abril de 2015.

2 de julho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, Eng. Gustavo de Sousa Duarte.

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa**Regulamento das Piscinas Municipais****Preâmbulo**

Na concretização do seu programa, a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa tem procurado colocar à disposição dos munícipes determinados equipamentos com que pretende contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

Estão, entre eles, as Piscinas ao ar livre, construídas no lugar da Lameira, e a Piscina Coberta de Aprendizagem, em terreno anexo à sede do Agrupamento Vertical de Escolas de Vila Nova de Foz Côa, alvo de obras de melhoramento recentemente, numa procura constante de permitir a todos os utentes mais e melhores condições de uso fruto das instalações em causa.

Com tais equipamentos pretende o Executivo dar resposta à necessidade de melhor se ocupar o tempo de lazer, para além de fomentar o aparecimento de novos meios de valorização pessoal, quer no que respeita à saúde, quer quanto ao desenvolvimento físico dos eventuais interessados.

Importa, para tanto, que a sua utilização se pautar por algumas regras que se consideram indispensáveis, não tanto com o fim de a condicionar, mas para que se torne possível a sua utilização mais correta por parte de todos e de qualquer um.

O primeiro regulamento das Piscinas Municipais de Vila Nova de Foz Côa encontra-se em vigor desde o ano de 1995, ano em que a Piscina Coberta de aprendizagem iniciou a sua prestação de serviços à população do concelho e aos concelhos vizinhos. Sendo nessa época uma instalação única na região atraía a atenção daqueles que pretendiam dar os primeiros passos na aprendizagem à adaptação ao meio aquático e aqueles que queriam consolidar ou desenvolver competências já adquiridas no meio aquático.

Neste sentido o município colocou à disposição da população em geral e das instituições e coletividades em particular, juntas de freguesia, coletividades/Associações, clubes e grupos informais do concelho, para darem o seu contributo na elaboração do novo regulamento de Gestão e Utilização das Piscinas Municipais de Vila Nova de Foz Côa. Terminado esse período de apreciação pública e não havendo sugestões para o mesmo, depreende-se que pouca haveria a retificar, achando por bem colocar em vigor o regulamento no início desta época 2008/2009, permitindo a todos usufruir de melhores condições na utilização das piscinas municipais.

Tendo em conta que o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que os preços dos serviços prestados pelas autarquias locais não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços.

Realizado esse estudo é impossível a sua implementação, pelo facto dos aumentos reais e sustentados na lei serem de 15 vezes superiores aos praticados atualmente. Assim foi realizado um outro estudo que comparou taxas de ocupação face aos valores praticados em instalações similares à nossa, tendo sido encontrados os valores que o regulamento prevê.

Foi determinante para a fixação dos preços o facto de já existirem mais instalações de igual valia nos concelhos limítrofes e a situação socioeconómica das nossas populações, pensando que permitirá um aumento da procura na utilização das instalações desportivas do nosso concelho.

Foram previstas ainda algumas isenções de preços respeitante às crianças até aos 10 anos de idade, deficientes e idosos, tendo em vista incentivar estes grupos à adaptação ao meio aquático permitindo também usufruir de condições de bem-estar e lazer pouco habituais no nosso meio.

Com o passar destes 6 anos torna-se urgente rever o atual regulamento, adaptá-lo a uma nova realidade. A experiência e a prática do dia-a-dia aconselha-nos a alterar/introduzir pequenos pormenores com o objetivo claro de agilizar a sua utilização e com toda a certeza oferecer mais e melhores condições na utilização das instalações referidas.

CAPÍTULO I**Artigo 1.º****Lei habilitante**

- 1 — O artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa;
- 2 — O artigo 19.º da Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto;
- 3 — A alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

4 — A alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

5 — O artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

CAPÍTULO II**Piscinas em Geral****SECÇÃO I****Artigo 2.º****Utentes**

1 — O uso das piscinas municipais está aberto a qualquer utente, que se obriga ao cumprimento do presente regulamento e ao respeito pelas regras de civismo e higiene próprias de qualquer lugar público.

2 — Os menores de 10 anos só poderão frequentar as piscinas se:

- a) Acompanhados pelos pais ou adulto em sua representação.
- b) Não acompanhados mas portadores de autorização escrita dos encarregados de educação e cópia de um cartão de identificação do encarregado de educação.

Artigo 3.º**Condicionamentos ao acesso**

1 — Será proibida a entrada nas instalações aos utentes que aparentem deficientes condições de asseio ou indiciem estar em estado de embriaguez ou toxicod dependência.

2 — A entrada será igualmente vedada aos que aparentem ser portadores de doenças contagiosas, doenças de pele e lesões de que possa resultar prejuízo para a saúde pública, podendo em caso de dúvida ser exigido atestado médico.

Artigo 4.º**Obrigações**

1 — É obrigatório o uso de vestuário de banho (fato de banho, biquíni, calção de banho, Touca na piscina coberta), independentemente da idade do utente, nos termos da lei e regulamentos em vigor, sempre que resulte em prejuízo para a saúde pública, podendo em caso de dúvida ser exigido atestado médico.

2 — É obrigatório a utilização do chuveiro antes da entrada no(s) tanque(s).

Artigo 5.º**Proibições**

1 — É proibida a entrada, no recinto das piscinas, de animais domésticos de qualquer espécie.

2 — Não é permitida, nas instalações das piscinas, utilização de bolas, a prática de jogos, correrias desordenadas e saltos para a água, sempre que ponham em causa o normal funcionamento da instalação ou possam molestar os demais utentes.

3 — É proibido o uso dos balneários destinados a um sexo por pessoas de sexo diferente.

4 — Não é permitida, a entrada de utentes na zona das piscinas cujo calçado não seja adequado ao espaço referido.

Artigo 6.º**Utilização dos balneários**

1 — Nas instalações das piscinas só podem ser guardadas e apenas pelo período de utilização:

- a) Vestuário;
- b) Objetos pessoais de uso corrente sem expressão valorativa.

2 — O Município não se responsabilizará pelo extravio de qualquer valor, quando este não for entregue à guarda do trabalhador de serviço.

SECÇÃO II**Dos funcionários****Artigo 7.º****Deveres do responsável técnico**

1 — São deveres do Responsável Técnico:

- a) Tomar todas as medidas necessárias para o bom funcionamento das Piscinas Municipais;

b) Superintender todos os serviços relacionados com a utilização das Piscinas Municipais;

c) Afixar em local apropriado de fácil leitura e acesso os horários de utilização, tempos livres, regulamento de gestão e utilização e demais documentos necessários para o bom funcionamento da instalação;

d) Aplicar e fazer cumprir a Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto;

e) Aplicar os protocolos celebrados entre a câmara Municipal e as entidades, salvaguardando sempre os interesses da edilidade;

f) Receber todos os pedidos de inscrição e classifica-los de acordo com as prioridades do presente regulamento;

g) Fazer aplicar e cumprir o presente regulamento;

h) Resolver todos os casos omissos desde que não ultrapassem as suas esferas de competência.

Artigo 8.º

Deveres dos trabalhadores em geral

1 — Os trabalhadores, para além dos deveres previstos na lei Geral do Trabalho em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, estão ainda obrigados:

a) Abrir e fechar as instalações no horário previamente estabelecido;

b) Controlar a entrada dos utentes e a sua circulação no interior das instalações;

c) Zelar pelo cumprimento das disposições do presente regulamento;

d) Promover à cobrança dos preços de utilização e prestar contas à Câmara Municipal no prazo máximo de 1 dia útil;

e) Manter as instalações limpas e arrumadas;

f) Dar conhecimento ao respetivo superior hierárquico de todas as infrações às normas que presenciarem no exercício das suas funções;

g) Elaborar e manter atualizado o inventário dos bens afetos as Piscinas Municipais;

h) Usar o vestuário de serviço, cedido pela Câmara Municipal.

Artigo 9.º

Deveres dos trabalhadores em especial

1 — Os trabalhadores da secretaria/receção, devem realizar todas as tarefas inerentes à secretaria/receção da instalação, designadamente:

a) Todos os procedimentos relativos às inscrições nas aulas de natação;

b) Controlo de entrada e saída de utentes;

c) Controlo de pedidos de utilização da sauna;

d) Controlo de pagamentos das aulas de natação e hidroginástica;

e) Proceder à contabilidade diária/mensal de todos os preços cobrados e efetuar a sua entrega no dia útil seguinte, nos serviços de contabilidade;

f) Comunicar qualquer não conformidade do regulamento ao responsável técnico da instalação.

2 — São deveres dos trabalhadores de limpeza, designadamente:

a) Realizar todas as tarefas de limpeza da instalação;

b) Arrumar todo o material didático que se encontre na nave;

c) No período em que as aulas decorrem e, caso não seja necessária a sua presença na nave, por motivos imprevistos, deverão permanecer na sala 13A (conforme planta da instalação) e nunca na receção;

d) Ligar e desligar a sauna sempre que o trabalhador da secretaria/receção não o consiga fazer;

e) Comunicar qualquer não conformidade do regulamento ao responsável técnico da instalação.

3 — São deveres dos funcionários de manutenção das máquinas, designadamente:

a) Realizar todas as tarefas inerentes à manutenção das máquinas, qualidade da água e ar, controlo de combustíveis;

b) Registrar diariamente os valores solicitados pela norma diretiva pelo ministério da saúde;

c) No período em que as aulas decorrem e caso não seja necessária a sua presença na nave, por motivos imprevistos, deverão permanecer na sala 13 (conforme planta da instalação) ou na casa das máquinas e nunca na receção;

d) Comunicar qualquer não conformidade do regulamento ao responsável técnico da instalação.

CAPÍTULO III

Funcionamento das piscinas

Artigo 10.º

Protocolos

A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, poderá sempre que entender celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas, assim como com pessoas individuais, que promovam o desenvolvimento de atividades desportivas de forma regular.

SECÇÃO I

Piscinas ao ar livre

Artigo 11.º

Período funcionamento

O Período de funcionamento das piscinas ao ar livre municipais terá início em 1 de Junho e termo em 15 de Setembro, podendo no entanto ser alterado pela realização de eventos da responsabilidade do município e pelas condições climáticas.

Artigo 12.º

Horário de funcionamento

1 — Horário de funcionamento:

a) Segunda-feira: abertura às 14 horas e encerramento às 20 horas.

b) Restantes dias: abertura às 10 horas e encerramento às 20 horas.

2 — Trinta minutos antes da hora fixada para o encerramento da piscina serão os utentes avisados para se prevenirem, de forma a abandonarem as instalações à hora marcada.

3 — A Câmara Municipal reserva-se o direito de interromper o funcionamento das piscinas, sempre que o julgue conveniente, ou a tal seja forçada por motivos de reparação de avarias ou execução de trabalhos de limpeza, manutenção e segurança.

SECÇÃO II

Piscina coberta de aprendizagem

Artigo 13.º

Período de funcionamento

1 — O Período de funcionamento da piscina coberta de aprendizagem municipal terá início em 1 de Outubro e termo em 31 de Maio, podendo no entanto ser alterado por motivos de força maior, designadamente, o estado das condições climáticas.

2 — Serão afixados na abertura das instalações (1 de Outubro) os dias em que a mesma se irá encontrar encerrada no decorrer do período de funcionamento.

Artigo 14.º

Horário de funcionamento

1 — Horário de funcionamento:

a) Segunda a Sexta das 8:30 horas às 22:00 horas;

b) Sábados e feriados das 10 horas às 20 horas, encerrada para almoço, das 13 horas às 15 horas;

c) A Câmara Municipal poderá alterar o horário de funcionamento da instalação sempre que julgue conveniente tal medida.

2 — A Câmara Municipal, reserva-se no direito de interromper o funcionamento das piscinas, sempre que o julgue conveniente, ou a tal seja forçada por motivos de reparação de avarias assim como para execução de trabalhos de limpeza, manutenção e segurança.

3 — Nos casos em que o período de encerramento for superior a 8 dias, a mensalidade sofrerá uma redução proporcional.

Artigo 15.º

Utilização em geral

1 — O horário de funcionamento da piscina coberta de aprendizagem terá a seguinte imputação quanto à sua utilização:

a) De segunda a sexta-feira:

- 1.º Período das 8.30h às 16.45h, destinado ao uso escolar;
- 2.º Período das 17h às 20h, destinado ao ensino da natação;
- 3.º Período das 20h às 22h, destinado a banhos livres e a 2 sessões de hidroginástica a calendarizar no início de cada ano de atividades (Setembro/Octubre).

b) Aos Sábados e feriados (manhã):

Das 10h às 12h, destinado às crianças de 1 a 3 anos. (Entrada livre para um acompanhante).

Caso não haja ocupação funciona para banhos livres.

c) 2.º Período: Sábados e feriados (tarde):

Das 15 h às 20 h, o seu uso será exclusivamente destinados a banhos livres, salvo se por motivos de realização de competições desportivas, espetáculos, atividades extracurriculares das escolas ou outras realizações do género o possam impedir.

2 — Sempre que se julgue conveniente poderá a Câmara Municipal alterar os horários destinados às várias atividades dando conhecimento antecipado de tal alteração por edital.

Artigo 16.º

Utilização pelo ensino da natação

Caberá à Câmara Municipal, em colaboração com o responsável técnico da instalação e monitores de natação, gerir a forma de utilização e gestão do tempo que lhe está destinado.

Artigo 17.º

Ensino da natação/hidroginástica

1 — O funcionamento do ensino da natação será ministrado por pessoal técnico especializado, sob a orientação e direção da Câmara Municipal.

2 — Podem candidatar-se à aprendizagem da natação e hidroginástica todos os interessados.

3 — A admissão será efetuada mediante o pagamento do preço de inscrição ou renovação e formalizada através do preenchimento do respetivo boletim, pagamento do seguro anual, apresentação do bilhete de identidade ou qualquer outro documento de identificação legal, declaração/termo de responsabilidade em como se encontra apto para a prática da natação sem limitações médicas e 2 fotografias. Tratando-se de menores deverá ainda ser apresentada declaração de autorização paterna para esse efeito, ou qualquer outra forma de suprimimento da incapacidade dos menores, prevista no artigo 124.º do Código Civil.

4 — O Município reserva-se o direito de elaborar uma lista de espera, quando o número de inscrito por turma exceder os 25 alunos.

5 — A entrada nas turmas obedecerá à entrada na lista de espera, por ordem de inscrição.

6 — As turmas funcionaram com um número mínimo de 10 alunos e máximo de 25.

7 — Sempre que o aluno falte a uma aula, perde o direito a essa aula e em circunstância alguma pode ser compensada com a frequência em outro horário.

8 — As turmas são elaboradas no início de outubro e os alunos terão que frequentar essas turmas e horários definidos, não podendo haver alterações e frequências em turmas diferentes.

9 — Os alunos que não frequentem as aulas durante um mês e não efetuarem o pagamento da mensalidade, transitam para a lista de espera conforme determina a alínea 5 do artigo 17, obedecendo ainda ao definido na alínea 3 do artigo 17.

Artigo 18.º

Banhos livres

1 — Os banhos livres funcionam em regime de módulos de tempo com a duração de 60 minutos cada, que compreende a entrada nos balneários, utilização dos tanques e saída dos balneários.

2 — Os módulos de tempo têm início numa hora determinada (15, 16, 17, 18, 19, 20, 21h) e terminam 60 minutos após, ou quando a instalação se encontra sem ocupação nos intervalos das horas destinadas ao uso

escolar (alínea a do artigo 15), estando essa gestão sob responsabilidade do trabalhador da receção.

3 — O ingresso de utentes durante o decurso de um módulo de tempo, não lhe confere o direito a permanecer para além do fim desse módulo.

4 — Sempre que se verifique que o tempo restante do módulo em curso é insuficiente para permitir ao utente, com razoabilidade o uso das piscinas, não serão permitidos os ingressos intermédios referidos no número anterior.

5 — Não se admite a utilização de dois ou mais módulos de tempo seguidos por cada utente, salvo se a fraca frequência de utilizadores o permitir.

Artigo 19.º

Utilização pelas escolas

1 — A utilização das piscinas pelas escolas será feita nos termos constantes dos protocolos a celebrar entre a Câmara Municipal e as mesmas, ficando sempre salvaguardada a prioridade na utilização da instalação em atuações sob responsabilidade da câmara municipal, como a lecionação aos Jardins de Infância e 1.º CEB.

2 — Durante o período de utilização escolar, a responsabilidade pelas situações que ocorram, será da inteira responsabilidade da respetiva escola.

3 — Excetuam-se do número anterior as ocorrências provenientes do deficiente funcionamento e manutenção das instalações.

Artigo 20.º

Outras atividades

1 — Poderão decorrer a prática de outras atividades, como a hidroginástica, a natação para bebés ou idosos, caso existam inscrições que justifiquem a sua realização.

2 — Poderão ser lecionadas outras atividades por parte de monitores sem qualquer ligação contratual com a Câmara Municipal, mediante protocolo ou autorização do Presidente da Câmara Municipal, obedecendo aos preços de utilização em vigor.

3 — A utilização da sauna poderá ser feita sem o utente utilizar o tanque de aprendizagem.

4 — Os utentes com idade inferior a 18 anos só poderão utilizar a sauna quando acompanhados por um adulto que se responsabilize pela permanência do mesmo.

Artigo 21.º

Obrigações especiais

Para além das obrigações previstas na parte geral deste regulamento, é ainda obrigatório nas piscinas cobertas o uso de touca que evite eficazmente a queda de cabelos, sem a qual o acesso aos tanques será proibido.

Artigo 22.º

Proibições especiais

1 — Para além das proibições previstas na parte geral deste regulamento, é ainda proibido nas piscinas cobertas:

- a) Fumar, comer, beber;
- b) Prejudicar o funcionamento da aprendizagem da natação;
- c) Os acompanhantes só poderão passar para a zona dos chuveiros com calçado apropriado como chinelos, sobre-botas e nunca com o utilizado na via pública;
- d) A passagem dos utentes entre os vestiários e a zona de chuveiros deverá ser feita sempre com o vestuário de natação e nunca com o corpo nu.

CAPÍTULO IV

Preços

Artigo 23.º

Ingresso

1 — Os preços serão cobrados na receção/bilheteira, antes da entrada do utente, sem lugar ao pagamento em prestações.

2 — O pagamento da mensalidade relativa ao ensino da natação tem que ser efetuado até ao dia 8 do mês corrente ou no dia útil seguinte, sob pena de não ser permitida a entrada do aluno na piscina coberta de aprendizagem e ter que realizar nova inscrição para a frequência das respetivas aulas de natação, ficando ainda sujeita à lista de vagas existente.

Artigo 24.º

Preços

1 — Os preços de ingresso nas instalações das Piscinas Municipais são as seguintes:

a) Nas piscinas ao ar livre:

	Crianças de 1 aos 9 anos	Crianças dos 10 aos 13 anos	> 14 anos	> 65 anos	Cartão Jovem Municipal	Cartão Municipal Idoso
Dias úteis	Entrada gratuita	1€	1,5€	1€	30 % redução	Entrada gratuita
Sábados, Domingos e Feriados	Entrada gratuita	1,5€	2,5€	1€	30 % redução	Entrada gratuita
Cartões individuais com 25 ingressos (dias úteis) válidos por uma época (junho a setembro).	—	20€	30€	20€	—	—
Espreguiçadeiras	1,5€	1,5€	1,5€	1,5€	—	—

Quando o utente se ausentar das instalações tem que entregar a espreguiçadeira

b) Na piscina coberta de aprendizagem:

Cartão de utente

Preço de inscrição anual (1.ª vez)	10€	Possuidores cartão Jovem Municipal 30 % redução.	Possuidores cartão Municipal Idoso Gratuito.
Preço de renovação (anual)	5€	Possuidores cartão Jovem Municipal 30 % redução.	Possuidores cartão Municipal Idoso Gratuito.
2.ª Via do cartão de utente	3€	Possuidores cartão Jovem Municipal 30 % redução.	Possuidores cartão Municipal Idoso Gratuito.

c) Ensino da natação:

	Crianças dos 4 aos 9 anos inclusive	Crianças dos 10 aos 13 anos inclusive	> 14 anos	> 65 anos	Cartão Jovem Municipal	Cartão Municipal Idoso
Ensino da Natação (mensal) (obedecendo ao definido para o ensino da natação)	10€	10€	10€	10€	30 % redução	Gratuito

d) Outras Atividades:

		Cartão Jovem Municipal	Cartão Municipal Idoso
Hidroginástica, Natação Bebés, Idosos (mensalidade)	10 €	30 % redução	Gratuito
Sauna (20 minutos máximo) (> 18 anos)	2,5 €	30 % redução	Gratuito
Banho livre e Sauna (> 18 anos)	3 €	30 % redução	Gratuito

e) Banhos livres:

	Crianças dos 4 aos 9 anos	Crianças dos 10 aos 13 anos	> 14 anos	> 65 anos	Cartão Jovem Municipal	Cartão Municipal Idoso
Banhos livres (2.ª a sábado)	Entrada gratuita	1,5€	2€	1€	30 % redução	Gratuito
Cartões individuais com 25 ingressos (em hora de banhos livres) válidos por uma época (outubro a maio).	—	30€	40€	20€	—	—

Artigo 25.º

Isonções de preços

1 — Estão isentos do pagamento de preços as crianças com idade inferior aos 10 anos.

2 — Estão também isentos os utentes que possuam cartão municipal do idoso.

3 — Poderão ainda estar isentos do pagamento do preço, mediante prévia autorização da Câmara Municipal:

a) As crianças, no “Dia Mundial da Criança” e outros dias que, pela sua natureza comemorativa, o possam justificar;

b) Os convidados, integrados em visitas ou programas organizados pelo Município ou com a sua adesão;

c) Os jovens, a solicitação de estabelecimentos de ensino, associações de carácter social e associações desportivas, devidamente legalizadas, com sede no Concelho, desde que a natureza desse pedido possa justificar a isenção;

d) Os utentes portadores de deficiência;

e) Os utentes que comprovem através de documento médico, doença que os impeça de frequentar as aulas de natação/hidroginástica.

4 — À Câmara Municipal reserva-se o direito de avaliar as condições dos utentes para emitir a respetiva isenção.

CAPÍTULO V**Disposições punitivas**

Artigo 26.º

Contraordenações

1 — As violações das normas constantes deste regulamento, constituem contraordenação punível com coima de 10 € a 200 €.

2 — Sempre que a natureza da violação o justifique, independentemente da posterior instauração de processo de contraordenação, o

trabalhador responsável pelas piscinas poderá, como medida cautelar, determinar a imediata expulsão das instalações, dos utentes que infrinjam as normas regulamentares, podendo solicitar a intervenção das forças públicas de segurança se o utente não acatar essa determinação.

3 — O disposto nos números anteriores não terá aplicação quando se trate dos utentes abrangidos pelos protocolos referidos no artigo 13.º deste Regulamento.

Artigo 27.º

Sanções acessórias

Simultaneamente com a coima e mediante a gravidade do ilícito, pode ser aplicada a sanção acessória de privação de entrada nas instalações das piscinas, até ao máximo de 2 anos.

Artigo 28.º

Responsabilidade civil e criminal

Independentemente da verificação de ilícito criminal, os danos, furtos e extravios causados aos bens do património municipal serão reparados ou substituídos a expensas do causador, pelo seu valor real, incluído os gastos com a sua aquisição transporte, colocação e demais encargos emergentes.

Artigo 29.º

Casos omissos

Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal.

Artigo 30.º

Delegação e subdelegação de competências

As competências conferidas à Câmara Municipal podem ser delegadas no Presidente da Câmara e subdelegadas por este em qualquer Vereador

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O Presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

208785986

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 7974/2015

1 — Nos termos do disposto no artigo 9.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, torna-se público que na sequência da proposta do Sr. Presidente aprovada pelo órgão executivo em 13 de abril de 2015 e pelo órgão deliberativo em 7 de maio de 2015, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, www.dre.pt, concurso interno de acesso geral para provimento do cargo de Comandante dos Bombeiros Sapadores e Proteção Civil (1 posto), posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal desta Câmara Municipal.

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho, Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, Código do Procedimento Administrativo, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Local de trabalho: Município de Vila Nova de Gaia/Bombeiros Sapadores e Proteção Civil, podendo no entanto, serem executados trabalhos fora do Município, sempre que ocorram situações que assim o exijam.
Proc. 1/2015 — 1 Posto de trabalho para o cargo de Comandante dos Bombeiros Sapadores e Proteção Civil.

Caracterização do posto de trabalho: Compete o comando, direção, administração e organização da atividade do Corpo de Bombeiros e da Proteção Civil.

4 — Competências (Missão) — No âmbito das competências atribuídas pelo n.º 1.7 do ponto 1 da Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Vila Nova de Gaia, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 24 de outubro de 2014, deverá o Comandante dos Bombeiros Sapadores e Proteção Civil:

a) Realizar o Plano Estratégico para as áreas dos Bombeiros e Proteção Civil em conjunto com os seus responsáveis;

b) Elaborar o Plano Anual de Atividades e o Relatório Anual de Proteção Civil;

c) Desencadear as medidas apropriadas de acordo com os planos e programas estabelecidos sempre que se preveja ocorrência de catástrofes;

d) Garantir a realização dos objetivos definidos pelo plano estratégico da Câmara Municipal, no que respeita à Proteção Civil;

e) Criar mecanismos de articulação e colaboração com todas as entidades públicas e privadas que concorrem para a proteção civil, assegurando e dinamizando o pleno funcionamento das Comissões Municipais de Proteção Civil e de Defesa da Floresta;

f) Assegurar a prevenção e o combate a incêndios;

g) Assegurar o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;

h) Assegurar o socorro a naufragos e buscas subaquáticas;

i) Assegurar o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;

j) Elaborar, nos termos da lei, relatórios das ocorrências em que intervenham;

k) Participar noutras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;

l) Promover o exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;

m) Participar noutras ações e atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras;

n) Superintender na elaboração e atualização do plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;

o) Promover campanhas de divulgação pública sobre medidas preventivas;

p) Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para a Proteção Civil;

q) Promover a realização de exercícios visando testar a operacionalidade dos planos de emergência, de proteção civil, mantendo a prontidão e eficácia dos agentes de proteção civil;

r) Promover em articulação com outros serviços, ações de formação, sensibilização das populações sobre medidas de prevenção na área da segurança;

s) Colaborar nas ações de gestão de emergência, sempre que necessário, em estreita colaboração com outros escalões de proteção civil;

t) Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;

u) Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas, em cada caso;

v) Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;

w) Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência;

x) Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;

y) Promover a avaliação imediata dos estragos e danos sofridos, com vista à reposição da normalidade da vida nas áreas afetadas, após a ocorrência de catástrofes ou acidentes graves;

z) Desenvolver ações subsequentes de reintegração social das populações afetadas, em articulação com as áreas de intervenção social;

aa) Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas;

bb) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

cc) Assegurar as demais competências do município no domínio dos bombeiros e proteção civil, que não estejam expressamente atribuídas a outros serviços;

dd) Zelar pela legalidade de todos os atos administrativos.

5 — Âmbito do recrutamento: O recrutamento para o cargo de comandante dos bombeiros sapadores e proteção civil é feito de entre trabalhadores detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, licenciados, com experiência de, pelo menos, quatro anos na área de proteção e socorro e no exercício de funções de comando, conforme determina o n.º 2 do artigo 7.º do Decret-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril.